

“PRINCÍPIO FONÉTICO VS. PRINCÍPIO HISTÓRICO-ETIMOLÓGICO: INCONGRUÊNCIAS DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO PARA A LÍNGUA ALEMÃ”

ESPÍRITO SANTO, FRANCISCO
Universidade de Aveiro

Está prevista para o dia 1 de Agosto deste ano a entrada oficial em vigor do novo acordo ortográfico para a língua alemã. No entanto, há, neste momento, fortes dúvidas a este respeito em virtude da enorme e crescente contestação de que tem vindo a ser objecto – salientando-se, apesar de algo tardia, a dos escritores.*

Esta reforma ortográfica, embora fosse necessária, resultou plena de contradições, (nem sempre) justificadas por critérios ou factores de tipo “pragmático” (em ambos os sentidos da palavra).

Escolheram-se três exemplos que me pareceram mais evidentes (entre muitos outros) do ponto de vista linguístico (há diversas questões de carácter didáctico que se levantam com esta reforma, mas que, pela sua natureza, não serão aqui tratadas):

- por um lado, uma aproximação às tradições de escrita medievais (de carácter predominantemente fonético);
- por outro, deparamos com dois ditongos, que são tratados de modo totalmente diverso – e contraditório: enquanto um deles mantém uma grafia etimológica, o outro conserva a sua grafia fonética.

Antes de os abordar e discutir em concreto, será útil tecer algumas – breves – considerações de carácter teórico-metodológico. Em primeiro lugar, o conceito de norma (linguística), entre cujas finalidades e objectivos se encontram a clareza, a facilidade e a estética, num objectivo mais amplo de facilitar a comunicação, que, a avaliar pelos textos produzidos pelos autores e responsáveis do projecto (DUDEN 1996, HERMANN 1996, IDS-Sprachreport 1996), foram nele contemplados (“Erleichterungen beim Erlernen und bei der Handhabung der deutschen Orthographie...den Interessen sowohl des Schreibenden als auch des Lesenden nachzukommen”).

O conceito de norma – ou de normalização –, tal como o entendemos hoje, data sensivelmente do séc. XVIII, com as chamadas ‘Sprachgesellschaften’, em que se salientaram figuras como Freyer (*Anweisung zur*

Teutschen Orthographie, 1722), Gottsched (*Grund-legung einer deutschen Sprachkunst*, 1748) e Adelung (*Vollständige Anweisung zur Deutschen Orthographie*, 1788), entre outros. Este processo estendeu-se ao séc. XIX (em especial, após a criação do 'Il Império') e, naturalmente, continuou no séc. XX (em diversas fases). Caracterizou-se por uma alternância entre os chamados "princípio fonético" e "princípio histórico-etimológico": o primeiro dá uma primazia à representação gráfica da pronúncia (voltaremos, mais à frente, a esta questão da correspondência ou dependência entre grafema e fonema), enquanto o segundo prefere respeitar a etimologia e a tradição histórica (falando-se, a este respeito, de "Schriftbild").

Contudo, já antes se haviam registado tendências – ou preocupações – no sentido de um "Sprachausgleich": não se pode, como já disse, falar ainda de "norma" explícita, mas a perspectiva de uma norma implícita é perfeitamente legítima e verificável, não apenas nos séculos imediatamente anteriores, isto é, após Gutenberg e Lutero (período em que, por sinal, do ponto de vista gráfico, se constata, durante algum tempo, uma considerável irregularidade), mas, logo no reinado de Carlos Magno (por exemplo, em Otfried von Weißenburg) ou, mais tarde, no séc. XV (com Niclas von Wyle), e muito especialmente no alemão alto e tardo-medieval, em que a escrita fonética tem um papel fundamental, tanto na chamada "Höfische Dichtersprache" (textos literários), como nos "Schreibdialekte" ('tradições regionais de escrita') patentes nos "Urbare" ('textos funcionais', cf. ESPÍRITO SANTO 1997).

Existem vários princípios orientadores e factores de legitimação, como o uso prolongado ou maioritário e, relativamente às normas explícitas (como é o caso), as entidades que criam e implementam ou fazem implementar as normas segundo esses ou outros princípios.

O segundo tipo de reflexão prende-se, precisamente, com o princípio fonético (acima referido), de que o novo acordo parece querer aproximar-se, sem, no entanto, pretender abandonar o domínio do princípio histórico-etimológico ("keinen Bruch mit der Schreib-tradition"; "Rein linguistische Lösungen waren ebensowenig erreichbar wie rein pragma-tische"). Directamente ligada a esta questão está a problemática da relação entre fonema e grafema, com três orientações/escolas principais:

- a escola que defende a completa autonomia do grafema ("Autonome Richtung", com uma orientação derivada do Círculo Linguístico de Praga, incluindo nomes como Vachek, Uldall, McIntosh);

- uma outra que postula a dependência do grafema relativamente ao fonema (“Phonembezogene Richtung”, representada, entre outros, por Fleischer e Althaus;
- uma terceira, de compromisso entre as duas anteriores, que advoga uma primeira função representativa do grafema, em particular através do conceito de ‘grafonema’ introduzido por McLaughlin, também defendida por Garbe.

A posição subjacente a este trabalho é a da dependência do grafema, permitindo, contudo, em fases posteriores, uma relativa autonomia do grafema (ESPÍRITO SANTO 1997).

A questão principal, no entanto, é a da coerência linguística de algumas das disposições normativas do novo acordo. O que acontece é que se gastou tanto tempo (houve inúmeras versões intermédias e outras alegadamente “definitivas”), para, afinal, se apresentar um corpo de regras que não é homogêneo, anulando, desta forma, uma das “reivindicações” dos autores: a alegada facilidade de uso e de aprendizagem (incluindo a perspectiva do alemão como língua estrangeira).

Passemos, agora, a analisar os três exemplos seleccionados para esta comunicação (tendo em conta uma duração máxima prevista de 20 minutos).

O primeiro exemplo de respeito pelo princípio fonético (embora a questão, aqui, seja essencialmente de carácter fonológico, porquanto a articulação do [s] correspondente é sensivelmente igual, dado que o <ß> simboliza a confluência fonemática entre os dois ‘s’ do alemão medieval: o apical, resultante do /s~z/~r/ germânico, e o dorsal, resultante da segunda mutação consonântica de /t/) é, como se disse ao início, a escolha de <ß> como monografe para assinalar vogais longas, enquanto se optou pelo duplo <ss> para as vogais breves. Retomou-se, assim, uma tradição proveniente ainda do germânico (ocidental) e do alemão antigo, em que a geminação de consoantes levou à redução das vogais, tendo-se, depois (na Idade Média tardia e a seguir), usado a duplicação de consoantes para assinalar vogais breves (com alguns ‘extremos’ no pré-novo-alto-alemão, como já vimos antes: por exemplo, *hellffen*).

Já o tratamento de dois ditongos – /ai/ e /au/ – é ainda mais contraditório, ora obedecendo ao princípio histórico-etimológico, ora ao fonético. O ditongo /ai/ é resultante da confluência fonemática de /i:/ (drî, vrî, ...) e de /ei/ (-heit, -keit, leiten, ...) através, respectivamente, da

ditongação do novo-alto-alemão e da abertura (ou do abaixamento). Aqui, manteve-se a grafia histórica <ei>, que, no entanto, não corresponde à realização fonética ([ae] ou [a^a]); cf. ‘Kaiser’, ‘Mai’ (em médio-alto-alemão: keiser, meie).

Por outro lado, o outro ditongo em questão – o /au/, proveniente, tal como o anterior, da ditongação de /u:/ (hûs, lût, ...) e da abertura de /ou/ (houwen, houbet, ...) – tem uma grafia predominantemente fonética: <au> (correspondendo, sensivelmente, à realização [ao] ou [a^a]).

Para além destes casos, há demasiadas – e evitáveis – excepções (que os próprios autores/responsáveis admitem, mas que são banal e desadequadamente referidas como “Nebenvarianten” (o que deveria pressupor um critério de quantificação) a par das “Haupt-varianten”).

A impressão com que se fica é que estamos perante um trabalho de orientação grafemática medievalista (com base em manuscritos, textos oficiais e funcionais e em que se estabelecem, realmente, critérios para definição de “Normalschreibungen” e “Sonderschreibungen”), mas sem nunca se chegar a um critério, não diremos uniforme, mas, pelo menos, homogéneo e consistente do ponto de vista linguístico. Por outras palavras: ora prevalece a opção por grafias fonéticas, ora por uma escrita de tipo histórico-etimológico.

Não há, neste acordo de reforma ortográfica, nos textos de suporte teórico dos seus autores, coerência e sistematicidade. Para quem está a aprender a escrever e a ler em alemão (seja em contexto Alemão como Língua Estrangeira, ou mesmo como Língua Materna ou Segunda Língua: não podemos ignorar o factor/fenómeno da variação diatópica, como, por exemplo, na articulação bávaro-austríaca da palavra ‘Polizei’, em que o ditongo tem a realização próxima da medieval, pois não sofreu ainda a abertura característica do alemão moderno normal), há demasiadas incongruências que não facilitam em nada o processo de ensino-aprendizagem da língua.

Notas:

Já depois da realização do Encontro se soube que a entrada em vigor do acordo tinha sido suspensa em sede de tribunal, suspensão essa que foi, entretanto, definitivamente revogada, pelo que este novo acordo ortográfico para a língua alemã está oficialmente em vigor.

Bibliografia (sumária):

DUDEN. 1996. *Rechtschreibung der deutschen Sprache*. Herausgegeben von der Duden-Redaktion. Auf der Grundlage der neuen amtlichen Rechtschreibung. Mit dem amtlichen Regeltext. Mannheim et al.: Duden-Verlag.
(Internet: «<http://www.duden.bifab.de>»)

ESPÍRITO SANTO, Francisco Manuel Cruz do. 1997. *Zum Verhältnis von Literatur-sprache und Schrift-dialekt im (Spät-)Mittelhochdeutschen*. Ein phonologisch-graphematischer Vergleich. Universidade de Aveiro, Dissertação de Doutoramento (original em alemão, acompanhado de um resumo em língua portuguesa).

HERMANN, Ursula. 1996. *Die neue deutsche Rechtschreibung*. Völlig neu bearbeitet und erweitert von Prof. Dr. Lutz Götze. Mit einem Geleitwort von Dr. Klaus Heller. Gütersloh: Bertelsmann Lexikon Verlag (edição autorizada pelo Instituto Bibliográfico de Munique).

IDS-Sprachreport. 1996. Extraausgabe. Informationen und Meinungen zur deutschen Sprache. Mannheim: Institut für deutsche Sprache. *Rechtschreibreform* – Eine Zusammenfassung von Dr. Klaus Heller.
(Internet: «<http://www.ids-mannheim.de>»)

